

**PENSAMENTOS ACERCA DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DA  
SOCIEDADE BRASILEIRA  
THOUGHTS ABOUT THE HISTORICAL FORMATION OF  
BRAZILIAN SOCIETY**

Maria Das Neves Wollenhaupt da Veiga<sup>1</sup>  
Marlise Amália Reinehr Dal Forno<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente ensaio revisita os autores Boris Fausto, Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo de Carvalho em suas obras *História do Brasil*, *Raízes do Brasil*, *Cidadania no Brasil – O longo caminho*, respectivamente, com o objetivo de trazer à centralidade da discussão os processos da formação sócio-histórica do Brasil, destacados em três seções: o descobrimento de um povo e a negação da sua existência; o homem cordial: a colonização no Brasil e os traços rurais; a ditadura civil militar no Brasil. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura e o tipo de revisão de literatura escolhido, de acordo com o método de elaboração, foi a narrativa. Por meio da revisão dos pensamentos dos autores visitados, consideramos que foi possível revelar as singularidades e as complexidades da formação histórica da sociedade brasileira.

**Palavras-chaves:** Colonização; Espaço e poder; Herança rural; Cidadania; Direitos sociais.

**ABSTRACT:** This essay revisits the authors Boris Fausto, Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo de Carvalho in your works *História do Brasil*, *Raízes do Brasil*, *Cidadania no Brasil – O longo caminho*, respectively, in order to bring to the center of the discussion the processes of the socio-historical formation of the Brasil, highlighted in three sections: the discovery of a people and the denial of its existence; the cordial man: colonization in Brasil and rural traits, the civil military dictatorship in the Brasil. The methodology used was the literature review and the type of literature review chosen, according to the method of elaboration, it was the narrative. By reviewing the thoughts of the authors visited, we believe that it was possible to reveal the singularities and complexities of the historical formation of brazilian society.

**Key-words:** Colonization; Space and power; rural heritage; Citizenship; social rights.

## **INTRODUÇÃO**

Este ensaio objetiva atender o estabelecido no Dossiê – *Processos da formação sócio-histórica do Brasil* e, para tanto, está dividido em três seções. A primeira seção apresenta os excertos das ideias propostas pelo historiador e cientista político Boris Fausto por meio da sua obra *História do Brasil*, publicada originalmente em 1994; a segunda refere os escritos propostos pelo historiador e jornalista Sérgio Buarque de Holanda por meio de sua obra *Raízes do Brasil*, publicada originalmente em 1936; e a terceira, as considerações do

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso Licenciatura em Ciências Sociais – Modalidade a Distância na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) E-mail para contato: [mariaveigatdai@gmail.com](mailto:mariaveigatdai@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada do Departamento Interdisciplinar do Campus Litoral Norte da UFRGS. E-mail para contato: [marlise.forno@ufrgs.br](mailto:marlise.forno@ufrgs.br)

cientista política e historiador José Murilo de Carvalho por meio de sua obra *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, publicada originalmente em 2001. Para os recortes dos excertos da obra de Fausto (2012), a luz está colocada na história do Brasil, colonizado por um povo, europeu, que através do Mediterrâneo, se aventurou e navegou em busca de novas rotas comerciais, para as terras do Novo Mundo, dominou e escravizou os povos que no outro país encontrou. Inicialmente, com o comércio de troca e a doutrina cristã, em seguida, com a exploração da mão-de-obra e a invasão e apropriação ilegal de terras, que, por consequência, impulsionou a organização de movimentos de luta e resistência por parte dos colonizados. Nos escritos da obra de Buarque de Holanda (2015), o destaque é para o pensamento fundante acerca da sociedade brasileira, a ruralidade de sua essência, a ‘cordialidade’ do povo e as narrativas do que é público e do que é privado na cultura do país. Das considerações de Murilo de Carvalho (2001), a atenção é para a reflexão a respeito do que aconteceu no Brasil a partir da Ditadura Civil Militar. Os aspectos importantes que podem direcionar nossos pensamentos, e interpretações, acerca das atitudes tomadas, ao longo dos tempos históricos e sociais, nos espaços políticos de poder para dirimir (ou não) desigualdades sociais e manter (ou não) direitos específicos das cidadãs brasileiras e dos cidadãos brasileiros. Para dar suporte à proposta, a metodologia utilizada foi a revisão de literatura, que

(...) é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica. “Literatura” cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos. (UNESP, 2015).

E o tipo de revisão de literatura escolhido, de acordo com o método de elaboração, foi a revisão narrativa que

(...) não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos. (UNESP, 2015). A revisão da literatura narrativa ou tradicional, quando comparada à revisão sistemática, apresenta uma temática mais aberta; dificilmente parte de uma questão específica bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção; a busca das fontes não é pré-determinada e específica, sendo frequentemente menos abrangente. A seleção dos artigos é arbitrária,

provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva. (UNESP, 2015).

### **O *DESCOBRIMENTO* DE UM POVO E A *NEGAÇÃO* DA SUA *EXISTÊNCIA***

Pensar a história da construção de uma sociedade como a do Brasil, é pensar os acontecimentos que nos levam a discutir e repensar as formas de dominação de um povo, como bem observa o historiador e cientista político Boris Fausto, em sua obra *História do Brasil*, publicada em 2012. Os portugueses, considerados por muitos como os descobridores do Brasil, poderiam, com mais ceticismo, serem considerados os invasores de terras alheias. Do ‘descobrimento’ em 1500 até os dias atuais, mantêm-se vivas na memória e em realidade, as palavras escravidão, exploração e cerceamento de direitos. A colonização brasileira se deu pelo interesse do povo europeu em atingir suas metas comerciais, mas também, e apesar de terras além-mar recheadas de preciosidades para obtenção de lucro ou domínio mercantil perante outros países, de enriquecimento e fortalecimento do mercado de pedras preciosas, buscavam vivenciar o sentimento de apropriação do que *nunca havia sido desbravado*. O gosto pela aventura que predominava aos estrangeiros, nada mais era que o de impor aos povos originários sua visão de cidadania. Quando aos indígenas foram apresentados métodos de catequizar, inserindo princípios religiosos, na verdade era como se de alguma maneira os queriam torná-los maleáveis ao que lhes era diferente. A catequização servia para fortalecer a conquista de território.

Cada tribo possuía suas especificidades de convivência, umas mais ‘condescendentes’ e outras arredias, por isso fugas e rebeliões fizeram parte da história do povo indígena a partir da chegada dos portugueses. A centralidade da Igreja nesse sistema de conquistas por Portugal foi um ponto crucial, uma vez que havia interesse de ambos os lados, pois a conquista de novos fiéis sempre foi a premissa do clero. A cruz e as armas funcionaram de diferentes formas, mas conseguiram *conquistar* o Brasil se valendo da Bíblia para manter os indígenas comportados e das armas para atacar os rebeldes dos grupos, ou seja, a cultura existente entre os indígenas nunca seria respeitada. Importante fazer uma reflexão do papel da Igreja na formação sócio-histórica do Brasil por meio da compreensão dos traços de nossa cultura e sua herança nas denominações religiosas e na predominância da fé católica dos brasileiros. Como muito verdadeiramente assevera Fausto (2012): “O Brasil não foi nem descoberto, nem achado, era uma terra ocupada pelos indígenas, que foram expulsos,

escravizados e contraíam doenças trazidas pelos portugueses”. É inconcebível imaginar um povo que vivia em seu habitat natural, de repente ter de abrir mão do direito à sua rotina, seus costumes, sua cultura e ser obrigado a se submeter a pessoas estranhas. Perder sua individualidade e referência é assustador e plausível de estranhamento e revolta, e por isso mesmo, guerrear com as armas que dispunham era imprescindível. Sabemos que para o indígena, a terra onde vive é muito mais que um simples espaço de convivência e de subsistência, vai além disso, representa um recurso natural e sociocultural muito necessário para seu modo de vida.

A árvore chamada de pau-brasil despertou a atenção dos portugueses e, a partir daí, transformações aconteceram, deu-se a escravização e os indígenas passaram a conhecer e fazer uso de materiais de metais e ajudar na derrubada dessas árvores. Os indígenas foram escravizados, com poucas escolhas, ou fugiam ou serviam aos senhores. No pensamento dos portugueses não havia outra maneira mais eficiente de conseguir mão-de-obra gratuita. Mais tarde, um outro tipo de escravismo é empreendido pelos portugueses, o tráfico de escravos africanos, que também gerou lucro para a Coroa. O colonialismo esteve inserido na história dos povos indígenas e africanos e toda sujeição *ao que não está de acordo*, impõe este tipo de pensamento. Povoaram o Brasil, ocuparam as terras, as culturas e as subjugaram aos seus interesses comerciais. Muito temos, ainda, nos dias atuais, esse sentimento de que estamos vivendo constantemente a imposição massiva da valorização cultural de um país que não é o nosso, como um modelo certo a ser seguido. Um exemplo perfeito é um trecho do poema de Carlos Drummond de Andrade:

(...) e fazem de mim homem anúncio itinerante, escravo da matéria anunciada. Estou, estou na moda. É doce estar na moda, ainda que a moda seja negar minha identidade, trocá-la por mil, açambarcando todas as marcas registradas, todos os logotipos do mercado. Com que inocência me demito de ser eu que antes era e me sabia (...) (ANDRADE, 1984).

A imposição portuguesa do trabalho braçal aos indígenas e aos africanos parece que esteve pautada nas premissas do pensamento grego, que fazia distinção entre a atividade braçal de quem cultivava a terra, das atividades de artesão, e das atividades de cidadão que discute os problemas das cidades. Esta imposição não era para que os indígenas vivessem melhor em suas terras, mas sim para que a arrecadação da Coroa fosse cada vez mais adensada. Os africanos trazidos escravos pelos portugueses, não vieram ajudar a construir

um país onde poderiam também ser beneficiários, por oposto, vieram para ser, por determinação portuguesa, somente mão-de-obra. Tudo girava em torno da exploração da força de trabalho, como muito bem argumentava o cânone marxista, ao tratar da importância das forças produtivas como base do capital industrial. O capitalismo é histórico e, à pequena vista, nos acompanha desde a ocupação da terra Brasil. Os eventos que se desencadearam a partir de um ciclo revolucionário na França, denominado Revolução Francesa, ocorrido entre 1789 e 1799, e suas bases ideológicas suportadas no Iluminismo, sugeriram a racionalidade para conhecer o mundo. O racionalismo, cunhado pelo método cartesiano, abriu caminhos para que fossem estudados os acontecimentos, e seus desdobramentos avistados, como ponto inicial da chamada era moderna. Mesmo que falemos aqui do processo da terra e suas privatizações, o êxodo rural para os centros urbanos, por exemplo, estaremos dialogando com o passado de ocupação que ocorreu no Brasil. Ao pensarmos sobre o trabalho rural, que foi suprimido, onde populações foram obrigadas a migrar e vender sua força de trabalho nas grandes cidades, estaremos refletindo sobre o capitalismo emergente, o qual foi e ainda é o ponto principal da nova organização socioespacial no mundo. Circunstanciar a modernidade, a expressão da realidade social, cultural e econômica vigente no mundo atual, nos permitirá, retomar e melhor compreender sobre o processo de ocupação aos indígenas e a escravidão africana, o pensamento tradicional ligado ao pensamento religioso e teológico chamado por Weber (1982) de “o desencantamento do mundo”.

Diante dessas considerações, Fausto (2012) defende uma narrativa da história descrita acerca do ‘descobrimento’ do Brasil com suas singularidades e transformações, por suas razões de origem. Os Estados Modernos, tais como os conhecemos, foram formados a partir de uma lógica de exclusão e inclusão. A busca pela ordem, determinando o que nos é comum e o que não é, tomou forma na segregação estamental nos territórios de muitos países. Sendo assim, conflitos do que é socialmente aceito e do que é diferente e, portanto, socialmente não aceito, são as marcas da sociedade moderna. A colonização sempre teve por objetivo a exploração de recursos e se caracterizou, na maioria das vezes, pela violência e pela dominação dos povos nativos. Os colonizados, com o passar do tempo, buscaram suprir suas necessidades básicas que vão além de moradia, alimentos e roupas, mas também o direito de constituir a manutenção de suas normas, seus valores e seus costumes, as explicações sobre a vida e o mundo, por exemplo. Revisitar a história da ocupação do Brasil

é se propor a aprofundar o entendimento acerca do comportamento das individualidades, das coletividades e da sociedade brasileira. A vinda da família real de Portugal para o Brasil, com chegada em 1808, se deu em razão da revolta pós morte de Tiradentes que nada mais era do que um *bode expiatório* da briga da elite portuguesa com a Coroa. No começo do século XIX, Napoleão Bonaparte, que era inimigo dos ingleses, invadiu Portugal. No Brasil, mudanças se estabeleceram de imediato, como a criação do Banco do Brasil, já em 1808, e a abertura dos portos para o comércio internacional, em momento seguinte.

A Regência de Dom Pedro I, a partir de 1831, que tentou conter as revoltas internas ocasionadas pelo aumento da inflação, foi abdicada e seu trono ocupado pelo seu jovem filho, de apenas cinco anos, para cumprir um período de governo temporário, auxiliado pelos então chamados Regentes, que atendiam aos interesses das pequenas províncias. O Golpe da Maioridade, como ficou conhecido, garantiu que o jovem Dom Pedro II pudesse governar. Tomou decisões importantes no sistema político, como a de nomear adversários políticos para alternância de ‘poder’ mantendo uma certa harmonia. Foi firme e não entendia a escravidão como uma *coisa natural* se concebida a partir de interesses econômicos e dos constantes ataques aos navios negreiros pela Inglaterra. O desinteresse dos ingleses contribuiu para esse ‘entendimento’ de Dom Pedro II: era mais barato trazer europeus em condições financeiras precárias para atender os fazendeiros de café, se valer da mão-de-obra livre, do que seguir investindo na compra de escravos. *Politicamente o Brasil estava em boas mãos*: aconteceu a luta pelo fim da escravidão em 1888 com a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, filha de D. Pedro II. No entanto, a situação dos escravos libertos não estava contemplada: não havia legitimidade quanto a sua condição de cidadãos, ao contrário, foram excluídos do mercado de trabalho, deixados para as atividades marginais *à sua própria sorte*, vitimados pelo preconceito e sem auxílio para o acesso à educação formal. Os fazendeiros e os militares se revoltaram e puseram fim à Monarquia no Brasil, por meio de um golpe por parte do Marechal Deodoro da Fonseca, sem apoio do povo. O Brasil se transformou numa República, mas não democrática e, portanto, recheada de protestos constantes que levam o Presidente Marechal Deodoro a renunciar. Em seu lugar, assume o Marechal Floriano Peixoto que *resolveu* as divergências à base de lutas de espada. A partir desse momento o coronelismo se impõe às principais decisões do País.

## O HOMEM CORDIAL: A colonização no Brasil e os traços rurais

Podemos dizer que de Portugal nos veio a forma atual da nossa cultura, o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma. (SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, 2001)

A colonização imprimiu traços rurais no Brasil e determinou o tipo de sociedade que seríamos, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), considerado um dos principais intelectuais do Brasil no século XX. A escravidão em territórios de fazendeiros escravocratas permitiu que esses se apropriassem de todo o lucro da produção e, por conseguinte, dominassem o *território* político, obtendo alto poder. Em meados do século XIX, houve uma tentativa de modernização no Brasil com a criação do Banco do Brasil, a implantação das linhas férreas e o advento do telégrafo, com o intuito de enfraquecer o poderio dos ruralistas, gerar uma mudança nas disputas internas do poder e acabar com determinadas práticas exploratórias praticadas, como a escravidão, por exemplo. Cabe retomar as ponderações do economista e filósofo Adam Smith (1983), na sua clássica obra publicada em 1776, *A Riqueza das Nações*, sobre ser o mundo um lugar movido por interesses, geralmente conflitantes e produzidos negativamente, com intenção, para uma determinada camada social. Mediante o esforço para alcançar a modernização, estava posto que era possível deixar de lado antigos hábitos e que o enfrentamento para romper os modelos oligárquicos vigentes, poderiam ser empreendidos. Com o desenvolvimento industrial os agentes de exploração do mercado escravista perderam poder financeiro e houve agravamento da crise econômica, já instalada. O poder político é *tomado* pelo setor privado, por meio dos proprietários rurais que mantinham uma dominação quase *feudal* constituindo decisões no âmbito familiar e formulando leis na defesa de seus próprios interesses e não de coletivos ou da nação.

Atualmente, podemos analisar, ainda persiste a bancada ruralista, defensora do latifúndio, com os mesmos interesses e mantém as mesmas atitudes em relação ao Estado nas suas tentativas de apropriação. Essa criação de espaço de poder, dessa herança rural, no termo *raiz*, reporta Buarque de Holanda (2015), é imposta pela questão da presença, ou não, uma oposição entre essa e o esforço físico, da *inteligência* nos espaços de poder, A inteligência como sendo uma peculiaridade apropriada aos nobres, às elites, à classe dominante ou aos homens livres, e a atividade física, ou o serviço braçal, algo apropriado à classe *mais baixa*, que vende sua mão-de-obra para sobreviver. Os *inteligentes* de hoje

seriam aqueles que constituíram, em outros momentos, a ultrapassada burguesia urbana, com os mesmos interesses de si mesma. O campo foi servindo às cidades e as mesmas foram se tornando precarizadas. Sem o desenvolvimento de uma urbanização plena, havia subserviência ao meio rural, enraizada nessa *nova* burguesia que de revolucionária não tinha muito e que servia ao campo para manter o poder oligárquico para se beneficiar. Portanto, se pensarmos a origem da classe média “capenga”, poderíamos a reportar para esta situação referida. As cidades passam a ser vistas como espaços de poder a partir desse período e consolidam o processo de urbanização do Brasil. Para elucidar este processo, Buarque de Holanda (2015), analisa a colonização espanhola e portuguesa da América, através de uma metáfora entre o sementeiro e o ladrilhador. O primeiro, representa o colonizador português que, pelo fato de considerar a colônia um simples lugar de passagem, tem o predomínio do caráter da exploração comercial. O segundo, representa o colonizador espanhol, que também usufruiu da nova terra, mas se preocupou em tornar o território organizado e planejado, tomou cuidado em encontrar lugares altos com clima agradável, lembrando o do seu país, construiu grandes centros urbanos e centralizou todo o poder.

Essas relações humanas e sociais ligadas ao trabalho, estão longe de serem superadas no Brasil, o autor publicou seu livro em 1936, o escreveu para pensar o passado no Brasil, mas principalmente, para projetar uma ideia de futuro, que para ele, deveria ser de radicalização da democracia e da inclusão social. Não podemos ter um estado republicano se não estruturarmos a *coisa pública*, que na sua definição, *não tem nada a ver comigo ou com o outro e ao mesmo tempo tem muito a ver com todos*. O autor, sem indicar ou referir sobre *os que vinham de fora*, mostrou que o Brasil deixou de ser o “país do português” para ser um “país do neo-brasileiro”, um país diferente, que tem condições de deslocar o poder das elites, permitir o diálogo com o povo e passar a iniciativa das transformações sociais para os coletivos. Buarque de Holanda analisou as raízes da sociedade brasileira e, o fez por um período, *de longe*. Durante a crise de 1929, quando na Europa havia uma grande depressão econômica do sistema capitalista que só terminaria com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o autor encontrava-se na Alemanha, um país com altas taxas de desemprego, queda do PIB e da produção industrial. E o Brasil, em meio a esta complexa situação, pouco industrializado, com dificuldade de vender sua produção de café, justamente pelos efeitos da chamada Grande Depressão, tem seu processo de industrialização acelerado. O autor retornou ao Brasil em 1930, momento em que havia uma crise econômica de escala



mundial. Vivenciou a Revolução de 1930 no Brasil, um movimento armado que culminou com o Golpe de Estado. A partir daí e já com memórias de vivências em outros continentes, começa a fazer uma observação de análise. Atribui observação a alguns 'pares conceituais', do modo de ser ou da estrutura social e política, para analisar e compreender o Brasil e os brasileiros, como o de trabalho e aventura, do método e o capricho, do rural e o urbano, da burocracia e o caudilhismo, da norma impessoal e o impulso afetivo. Lançou um olhar sobre o indivíduo moderno e o grupo social a que este pertence, o diálogo e a proximidade tem o contraditório entre esses indivíduos, o de realçar as desigualdades, ou seja, é sobre a dominação de classes que aprofundou sua observação. E então expos o que é, no seu entendimento, o *homem cordial*, para muitos considerado um homem dominado pela emoção, hospitaleiro, mas que, argumenta Holanda (2015) ao mesmo tempo possui outro lado, o da violência quando contrariado, evidenciando como o ser humano em suas relações, usa da afabilidade para o convencimento quando é de seu interesse, único e particular. O autor reflete sobre o quão perigoso pode ser para as relações em sociedade e para a cidadania propriamente dita, determinados costumes e comportamentos desmedidos. A afabilidade, ou a cordialidade, acabaria por forçar uma estranha convivência, nada verdadeira, que atendia ao exercício do poder dos caudilhos - militares e grandes fazendeiros - de uma proximidade emotiva forçada.

Há uma interrogação subjetiva que perpassa o conteúdo da obra de Holanda (2015), que é o quanto resistimos em não levar em consideração as mazelas da sociedade brasileira. Uma dualidade entre a proximidade física e o lado obscuro, que não aparece, mas que está ali, essa proximidade dos contrários, segundo o autor, é uma marca da sociedade brasileira. O *homem cordial* estaria fadado a desaparecer com o contínuo processo de urbanização do Brasil, pois essa cordialidade é uma herança da família rural e patriarcal, aquela onde o *pater* direito predomina, onde procedem relações autoritárias e inquestionáveis. A urbanização levou ao aumento populacional das cidades, por efeito da industrialização e por decorrência da escassa apropriação pelos pequenos latifundiários das novas tecnologias disponibilizadas neste momento do século XX, após a perda de rentabilidade, principalmente no setor cafeeiro. O gosto pelo enfoque dinâmico e de um senso de complexidade marcam a narrativa do autor. Analisou a colonização da América e em seguida fez uma reflexão do tradicional personalismo, da frouxidão das instituições e da ausência de coesão social. Como heranças dessa ligação do Brasil com a Península Ibérica, constatou a

falta do princípio de hierarquia e a exaltação do prestígio com relação ao privilégio, a falta de organização no trabalho regular, ou nas atividades de utilidade e serviços, onde não se renunciam audácias ou caprichos individuais em benefício do grupo ou dos princípios coletivos.

## **A DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL**

Com o fim da ditadura militar no Brasil, em 1985, quando uma infinidade de decretos e leis mudaram a vida de milhares de pessoas, a palavra cidadania ganhou fortemente um corpo crível de luta e debate nos grupos sociais organizados. Não era somente uma reivindicação por melhorias de qualidade de vida, era uma luta pela manutenção dos direitos adquiridos, sustentados historicamente pelos sujeitos, ainda que coadjuvantes, de um processo de participação de defesa do que lhes é caro, mas que também é a *outrem*, da mesma forma. A cidadania, para o historiador e imortal da Academia Brasileira de Letras José Murilo de Carvalho, é considerada um ideal, e talvez inatingível, por ser pautada no ideal de cidadania dos colonizadores que impuseram heranças de suas normas sociais, seus valores éticos, seus costumes tradicionais, seus sistemas políticos, que não condiziam com o fazer normativo e costumeiro da sociedade brasileira *originária*. Especificamente, a nossa cidadania *idealizada* tem muito do movimento artístico, político e filosófico surgido nas últimas décadas do século XVIII na Europa que durou por grande parte do século XIX, chamado romantismo, que se caracterizou como uma visão de mundo contrária ao racionalismo e ao iluminismo, que buscou um nacionalismo e que consolidou os Estados nacionais na Europa. Uma nova visão social centrada no indivíduo.

Entretanto, para refletir e discorrer sobre a ditadura militar no país, é necessário entender como chegamos até os dias atuais acompanhados, todos, por situações generalizadas de cerceamento de direitos, civis principalmente, como mote de luta à revelia do pensamento plural do que é e deve ser, a garantia da vida em sociedade. Por meio da publicação dos Direitos Civis “que são direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a Lei (...)” e que se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso (só pela autoridade competente de acordo com a Lei), Carvalho (2001) presume que haja a existência de uma justiça

igualitária baseada na independência de uma justiça plena que possa garantir uma relação civilizada entre as pessoas. Mas claro que falar de direitos reportará falar sobre Direitos Políticos dos cidadãos, ao voto, por exemplo, e também estarmos envolvidos na vida “como ela é”, como bem escreve Carvalho (2001). Temos atualmente no Brasil, infelizmente, uma certa mescla entre conjuntura de atuação cidadã com o viés político de atuação, pois há ainda presente uma *casta* intermediando determinados ‘acolhimentos’ nos espaços de poder. Vivemos num Estado de exceção em que a voz das “ruas” foi silenciada e os direitos subjugados.

O Estado Novo, ou a Terceira República de Getúlio Vargas, foi um regime político instaurado como característica do autoritarismo e como centralização do poder. Ainda assim, mesmo em meio a esse cenário, a renúncia de Getúlio não foi por sua livre vontade. Dentro dos 21 anos de duração de seu governo, foram extintos mandatos daqueles governantes ‘não alinhados’, instituídos 16 Atos Institucionais (instrumentos legais para se sobrepor à Constituição e cercear liberdades) e imposta uma forte repressão àqueles que se opuseram ao regime de censura instaurado. Estamos aqui refletindo sobre os acontecimentos que levariam, mais tarde, ao Golpe de 1964. Em 1961, Jânio Quadros assume a presidência do Brasil, cargo este que dura apenas sete meses. Diante das severas críticas a respeito da implantação da sua chamada ‘política externa’, que abrangia maior negociação com a China e a União soviética, ele pede renúncia. Logo após, assume João Goulart, que tinha como projeto de governo reformas de base ligadas a área fiscal, administrativa, universitária, e muito fortemente à reforma agrária, aliás, proposta muito combatida e criticada pelos latifundiários. Essa situação vem sendo, ao longo dos tempos, uma fonte de instabilidade social e nos reporta à grande massa de trabalhadores do campo, os chamados “sem terra”, que diante de diferentes fórmulas para resolvê-la, não veem assistidas suas necessidades. Não houve até então uma proposta de reforma agrária que atendesse aos trabalhadores do campo, no seu direito à subsistência, provinda do cultivo em terras consideradas improdutivas e sem uso, as ‘terras devolutas’. Devemos observar que essa concentração de terras nas mãos de poucos e grandes fazendeiros se tornou uma das principais causas da injustiça social de homens e mulheres trabalhadores e trabalhadoras do campo. Jango, como era chamado João Goulart, era um representante trabalhista do legado de Getúlio Vargas, portanto seu governo foi um período marcado também pela censura à imprensa e à propaganda, com a implantação, inclusive do Departamento de

Imprensa e Propaganda. Em meio a uma polarização política instaurada entre as pessoas, cresce por uma parte conservadora da população o apoio para a derrocada do governo.

Retomando o conceito de Direito Civil e de liberdade individual, lembrando que esse era um período da chamada Guerra Fria, onde havia uma disputa ideológica e de hegemonia econômica, política e militar entre Estados Unidos e União Soviética, onde o primeiro, capitalista, por temer um fortalecimento das ideias socialistas na pós-revolução cubana, interviu nos países da América Latina na tentativa de impedir esse fortalecimento; o segundo, por defender ideias socialistas, apoiou a construção do muro de Berlim, para separar socialistas e capitalistas, na Alemanha, mas também para consolidar esse ideal de separação dentro da Europa, uma vez que os russos precisaram provocar revoluções internas para mudar o sistema de regras rígidas que não funcionavam mais. Em 1989, o Muro de Berlim é derrubado. Os Estados Unidos apoiaram, em certo consenso, as ditaduras militares. No ano de 2014 nos documentos liberados pelos EUA e investigados pela Comissão Nacional de Verdade, apurou-se que mais de 300 militares passaram um período na Escola das Américas - Instituto de Guerra dos EUA no Panamá - consta que entre 1954 e 1996, militares brasileiros tiveram aulas práticas e teóricas sobre tortura. O militarismo em seu cerne de construção e educação disciplinar, tem por base esse comportamento que visa atender as demandas de governos que estejam alinhados ao seu sistema de gerir política pública. Em determinada medida, “é um câncer na história”, parafraseando Carvalho (2001).

No período antidemocrático das eleições indiretas no Brasil, o partido que estava no governo era a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e possuía controle no jogo político naquele momento. Castelo Branco, que foi presidente do Brasil de 1964 a 1967, declarou durante o seu mandato o AI nº1, o primeiro Ato Institucional da ditadura que delegava plenos poderes aos militares, garantindo com isso, suas permanências no comando e nas decisões políticas, era o fim das eleições diretas no país. O povo estava excluído da base de discussão para construção do país e, ao Estado, cabia essa normativa. Em 1967, uma nova Constituição foi promulgada, impregnada do jogo de poder já determinado pelas forças armadas: todos os direitos para os militares no comando e nenhum direito para a população. O MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que representava todos os partidos de oposição em uma só sigla, nada mais era do que o resultado de uma estratégia do governo militar ditatorial para facilitar a repressão aos opositores do regime. Voltamos a todo

momento a refletir sobre o nosso papel enquanto cidadãos em uma sociedade política latente desde os primórdios, quer dizer, temos um regime instituído, mas que nem sempre oferece a segurança que se precisa, muito menos o conforto necessário àquelas e àqueles que lutam pelos direitos sociais de todas e todos. Naquele momento, muito abertamente, era esse regime que fazia o ordenamento de tudo. Do AI 5, os chamados ‘anos de chumbo’, das revoluções armadas ou não, o Brasil caminhou para as desigualdades sociais a *passos largos*. Os mais ricos continuaram concentrando suas riquezas e os pobres continuaram com suas rendas e suas condições sociais precarizadas. A ditadura militar foi um longo período no Brasil, marcado pelo autoritarismo e supressão da democracia. Mesmo concordando que houve crescimento econômico compreende-se que não houve distribuição na renda. Direitos sociais são aqueles que permitem às sociedades politicamente organizadas, buscar a redução do excesso de desigualdades produzidos pelo sistema capitalista no sistema-mundo. Isso significa que há muito para se refletir dentro do pensamento que preconiza a construção de uma cidadania plena, como exposto por Carvalho:

O exercício de outros direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população, dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. (CARVALHO, 2001).

A narrativa do autor revela nuances da história do ‘descobrimento’ do Brasil recolocada, com outro ou mesmo sentido, em determinados períodos de construção de poder, pelos grupos políticos organizados. Viemos de um processo de privatização europeia grande o suficiente para ter nos deixado legados ainda presentes no país. A estrutura política armada, construída, desde Portugal com a ‘parceria’ da Inglaterra, foram determinantes no colonialismo imposto para a América Latina, de obtenção calculada na apropriação de culturas e riquezas em terras estrangeiras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando finalmente, podemos aferir a riqueza das informações trazidas pelos autores em suas obras. Tais riquezas podem conduzir a um outro entendimento, mais denso ou mais profundo, mais questionador ou mais parcimonioso, acerca dos processos da

formação sócio-histórica do Brasil, que era o objetivo inicial deste ensaio. Por meio dos pensamentos revisitados acerca da formação histórica da sociedade brasileira, destaca-se em cada uma das obras contribuições que validam esta aferição, retomadas a seguir. A proposta metodológica utilizada por Boris Fausto apresenta um panorama político, social e econômico do país, que perpassa os dias coloniais até os dias atuais. Seu campo de estudo informa sobre o processo histórico da construção do Brasil, rejeitando duas tendências opostas na interpretação do processo de colonização brasileiro: a primeira seria aquela que enxerga o Brasil em uma evolução e progresso permanente, como ele mesmo diz “perspectiva simplista que os anos mais recentes se encarregaram de desmentir”; a segunda: aquela que acentua na história do Brasil os traços de imobilismo, a exemplo do clientelismo, da corrupção e da imposição do Estado sobre a sociedade, tanto no Brasil Colonial como nos dias atuais. A última tendência, segundo Fausto, está geralmente associada ao pensamento conservador, que mantém a ideia de que os esforços de mudança seriam inúteis e, portanto, dentro desse senso comum, parafraseando Fausto, “a desigualdade social seria um mal permanente à realidade”. Centrou sua obra, com maior interesse, à fase que inicia em fins do século XIX até a atualidade, alargando sua narrativa e atribuindo ênfase aos acontecimentos políticos. Não que o autor tenha considerado com menos clareza a época colonial ou o período de construção do Brasil independente, o que aliás faz uma importante analogia com o livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, considerando que a história colonial e o período da construção do Brasil independente são fundamentais para compreendermos a historicidade social e cultural do povo brasileiro.

Sérgio Buarque de Holanda escreveu sua clássica obra a partir do local em que se encontrava, por meio daquilo que observava em outras sociedades. A partir de suas vivências e memórias em outro continente, começou a fazer suas observações. Seu método foi o de olhar o passado para explicar ou interrogar o presente, sua inspiração vinha de outras fontes, de outros lugares, por isso sua perspectiva de análise se diferenciava, em alguns pontos, das observações recorrentes dos autores da época. Lançou olhar sobre o indivíduo moderno e o grupo social a que estes pertenciam e chamou a atenção para o contraditório entre o diálogo e a proximidade desses indivíduos. Sua teoria sobre o *homem cordial* reflete sua preocupação do quão determinante, e perigoso, podem ser os costumes e os comportamentos para as relações culturais em sociedade. Buarque de Holanda usou de muita sensibilidade na escolha dos temas que considerou importantes e relevantes para a

compreensão de como vivemos em sociedade e como, por vezes, nos negamos a perceber as mazelas que afligem essa mesma sociedade. Considerou que a extinção do *homem chamado cordial* se deu em paralelo à contínua urbanização no Brasil, ou seja, o fim das relações baseadas pela herança rural e patriarcal que dominou, e que domina até os dias de hoje, a sociedade brasileira, esmoreceu a partir do momento que o Brasil se tornou mais urbanizado. Atribuiu, em determinado momento, inclusive, o êxodo rural como o fim do *homem cordial*, do modo como ele próprio o vê: uma condição rural em declínio e uma industrialização em ascensão que permitiria manter em sociedade o *homem produtivo*, com vislumbre da possibilidade de melhoria para as suas condições de vida.

Abordando aspectos importantes acerca da infinidade de decretos e leis que mudaram a vida de milhares de pessoas, a metodologia escolhida por José Murilo de Carvalho, implica em traçar uma linha dentro do contexto social onde a palavra *cidadania* ganhou fortemente um corpo crível de debates nos grupos sociais organizados. A referida obra serve como um guia a partir de uma narrativa sobre o longo trajeto da democracia brasileira, desde os primeiros passos do Brasil independente, ainda monárquico, passando pela República, até os movimentos de rua recentes, percorrendo 108 anos da história do Brasil, organizados em períodos, por sua análise: da Independência, em 1822, até o final da Primeira República, em 1930; do Império de 1822 à 1889 e, novamente, da Primeira República de 1889 à 1930. Ponderou que do ponto de vista do ‘progresso’ da cidadania, a única alteração importante que ocorreu nesse período foi a abolição da escravidão em 1888, ainda que considerada toda a singularidade na tratativa comercial que ocorreu naquele período. Observou que as características da colonização no Brasil deixaram marcas duradouras e de grande relevância no processo de construção da cidadania do país. Teorizou problemas sociais brasileiros e analisou os reflexos da internet na democracia brasileira, o novo mercado de trabalho a partir dos meios tecnológicos, as redes sociais como campo de discussão política e a mudança no sistema social e de comunicação brasileiro como determinantes para a existência de mecanismos diferentes numa visão de democracia ampla. Sua obra nos sugere pensar sobre os direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, como ambos se relacionam e que nem sempre estão imediatamente relacionadas à resolução dos problemas sociais. E acrescentamos, as autoras deste artigo, que compreender nossas origens e nossas lutas, é um exercício necessário e de construção permanente para a instituição efetiva da cidadania plena.

## REFERÊNCIAS

**ANDRADE**, Carlos Drummond. Corpo. Rio de Janeiro: Record, 1984.

**BRASIL**, Ministério da Educação. A história do Brasil por Boris Fausto. Acessível em: <http://tvescola.mec.gov.br/> Acesso em: 05/03/2020.

**CARVALHO**, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

**DOS SANTOS**, Nelson Pereira (dir.). Raízes do Brasil – Uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda. 2 Partes. 2001.

**FAUSTO**, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2012.

**HOLANDA**, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2015.

**UNESP**, Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. Tipos de revisão de literatura. Acessível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf> Acesso em: 09/09/2021

**SMITH**, Adam. A Riqueza das Nações. Trad. Luiz João Baraúna, São Paulo: Abril Cultural, 1ª ed., 1983.

**WEBER**, M. A ciência como vocação. In: Ensaios de sociologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.